

A GRAVIDEZ NÃO PLANEJADA ENTRE AS USUARIAS DO INSTITUTO DE SAÚDE DR. ELPÍDIO DE ALMEIDA – CAMPINA GRANDE-PB.

Autora: **Márcia Sandra Caiana de Freitas**

Universidade Estadual da Paraíba / Departamento de Serviço Social
Rua: Antonio Guedes de Andrade nº 114, Catolé – Campina Grande–Pb.

Co-autora: **Lúcia Maria Patriota**

Universidade Estadual da Paraíba / Departamento de Serviço Social
Rua: Antonio Guedes de Andrade, nº 114, Catolé – Campina Grande-Pb.

Orientadora: **Mônica Barros da Nóbrega**

Universidade Estadual da Paraíba / Departamento de Serviço Social
Rua: Severino Ramos de Andrade, nº 180, Apto. 203, Catolé – Campina Grande-Pb. CEP. 58100.000
E-mail: monicabnobreaga@bol.com.br

Resumo: O artigo apresentado é resultado de uma pesquisa que está sendo desenvolvida, visando identificar os fatores que contribuem para a gravidez não planejada entre usuárias do Instituto de Saúde Dr. Elpídio de Almeida, em Campina Grande (Pb), onde a maioria dos bebês que ali nascem são provenientes de gravidez não planejada. O procedimento metodológico utilizado é de natureza qualitativa, com uso de questionários, entrevistas abertas e observação participante com 30% das puérperas e mulheres com gravidez de alto risco internadas no Instituto, que vivenciaram ou estão vivenciando uma gravidez não planejada. Adotamos a perspectiva de gênero e para a análise dos dados a técnica de análise de conteúdo. As entrevistadas, embora em sua maioria, sejam inscritas em programas de planejamento familiar desconhecem a prática da contracepção e o uso adequado dos métodos contraceptivos. Há uma incipiente participação de homens e adolescentes nas ações de planejamento familiar desenvolvidas pelo Instituto. Podemos inferir que o programa de planejamento familiar, neste universo, não está apresentando resolutividade e eficácia.

Palavras-chave: Planejamento familiar, Gravidez não planejada.

Área do conhecimento: VI - Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

O referente artigo é resultado de uma pesquisa, em andamento, que tem como objetivo identificar quais os fatores que contribuem para a gravidez não planejada entre as usuárias do Instituto de Saúde Dr. Elpídio de Almeida, no município de Campina Grande-Pb, onde registra-se um alto índice de gravidez não planejada.

O Instituto de Saúde Dr. Elpídio de Almeida é uma instituição pública que presta uma ampla assistência em obstetrícia, puericultura e pré-natal, contando ainda com vários programas, dentre eles o de planejamento familiar.

O texto constitucional de 1988 assegura ao cidadão o direito de planejar a sua família, vetando ao Estado a realização de ações referentes a qualquer tipo de controle demográfico.

Planejar a família trata-se de uma atitude individual ou assumida a dois que visa regular o

potencial biológico inato que é a capacidade reprodutiva, ou seja, é nada mais do que optar por não ter filhos ou tê-los no momento considerado oportuno.

Material e Método

O procedimento metodológico adotado nesta pesquisa é de natureza qualitativa, considerando a dinâmica da vida individual e coletiva de cada uma das informantes.

Estamos trabalhando com a perspectiva de gênero, que segundo Yannoulas (2002) [1] se refere ao código de conduta que orienta a organização social entre homens e mulheres. Para a referida autora, é a forma como as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres e sua principal característica está na mutabilidade através do tempo.

A coleta de informações está sendo realizada através da aplicação de questionários, entrevistas abertas e da observação participante. A amostra

é aleatória simples, composta pelas puérperas e pelas mulheres que encontram-se internadas com gravidez considerada de alto risco que vivenciaram ou que estejam vivenciando uma gravidez não planejada, considerando a sua receptividade. Assim, pretendemos entrevistar 30% das mulheres internadas nas enfermarias existentes no referido Instituto, no período de junho à agosto de 2005, o que totaliza aproximadamente 20 mulheres.

Para a análise dos dados coletados adotaremos a técnica de análise de conteúdo, a qual permite encontrar respostas para as questões formuladas e confirmar ou não os pressupostos estabelecidos anteriormente.

Nesta pesquisa estão sendo observadas as recomendações da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196, de 10 de outubro de 1996, no tocante as exigências para a pesquisa que envolve seres humanos.

Resultados

Até o momento, foi possível constatar um alto índice de gravidez não planejada entre as usuárias do Instituto, muito embora algumas dessas usuárias são inscritas em programas de planejamento familiar, mas demonstram desconhecimento sobre contracepção e uso adequado dos métodos contraceptivos.

Em sua maioria, residem em municípios circunvizinhos, têm baixo nível de escolaridade, renda familiar que varia de 01 a 03 salários mínimos e faixa etária entre 12 a 40 anos.

A participação de homens e adolescentes nas ações de planejamento familiar desenvolvidas pela Instituição é bastante incipiente.

Discussão

Ao longo da história muitas foram as determinações conjunturais que influenciaram as ações inerentes a regulação da fecundidade no Brasil.

Alguns estudos a respeito do planejamento familiar demonstram que em vários contextos históricos a mulher foi impedida de manifestar a sua vontade acerca de decisões, mesmo quando estas eram diretamente relacionadas a seu próprio corpo.

No período colonial, a igreja católica exercia uma profunda influência na sexualidade das mulheres, cuja imagem e feminilidade estavam associadas aos interesses da igreja.

Segundo Sobrinho (1991) [2], para a igreja católica a sexualidade feminina deveria servir somente à procriação e qualquer desejo carnal deveria ser apagado pela concepção. As penas

da vida conjugal e os sofrimentos decorrentes do parto eram vistos como redenção dos pecados. Era lançada a maldição para as mulheres inférteis, incapazes de reverter com a pureza da gravidez a dimensão pecaminosa do ato sexual.

Na década de 30, com o governo de Getúlio Vargas, algumas garantias foram asseguradas à classe trabalhadora, relacionadas a natalidade, a exemplo da licença maternidade e o salário família.

É, na conjuntura ditatorial da década de 60 que se tem um acirramento da polemica entre as políticas de controle demográfico e as anticontrolistas.

A doutrina controlista surge no rastro da revolução cubana, quando os Estados Unidos da América implementa uma política de ajuda aos países latino-americanos, cuja condição era que adotassem estratégias voltadas à redução do crescimento demográfico, condição indispensável para o crescimento econômico e desenvolvimento dos países. Tal argumento foi fortemente criticado pelos partidos políticos de esquerda e setores da sociedade civil. Mesmo assim, vários programas foram criados nesse período com vistas a fomentar a adoção ao planejamento familiar.

É somente na década de 70 e início da década de 80 que as questões reprodutivas passam a fazer parte das grandes discussões no país, justamente quando se generaliza a luta pela redemocratização.

O direito à livre escolha da maternidade, ao aborto, à contracepção nasce no âmbito do movimento feminista internacional, a qual se expressa também na Assembléia Nacional Constituinte de 1986, que deu origem a Constituição Federal de 1988.

No tocante ao planejamento familiar, o texto constitucional de 1988 assegura ao cidadão o direito de planejar a sua família, vetando ao Estado a realização de ações referentes a qualquer tipo de controle demográfico.

O programa de planejamento familiar, garantido constitucionalmente, é responsável pelo desenvolvimento de estratégias referentes ao ciclo reprodutivo e orienta-se por ações preventivas, educativas e pelo acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade, inclusive a esterilização voluntária, permitida tanto para homens quanto para mulheres com mais de 25 anos e pelo menos com dois filhos, ou quando há risco de vida à saúde da mulher ou do concepto.

As ações básicas previstas nesse programa preconizam ainda que sejam repassadas informações sobre anatomia e fisiologia do corpo humano, métodos anticoncepcionais, seu funcionamento, vantagens e desvantagens. Tudo

isso realizado através de práticas educativas e acesso a todos os métodos, para que se possa fazer a opção que melhor se adequa.

Conclusão

Diante do exposto, podemos inferir, portanto, que as ações de planejamento familiar, asseguradas constitucionalmente, no universo pesquisado, não estão apresentando eficácia e resolutividade. As mulheres entrevistadas, mesmo inscritas em programas de planejamento familiar vêm experienciando a gravidez não planejada. Os homens e adolescentes permanecem ausentes nessas ações o que nos instiga a indagar o por quê?

Enfim, a regulação da fecundidade e a conseqüente adoção de uma prática anticonceptiva, no nosso entendimento, sofrem influências sócio-culturais, isto é, em grande medida as decisões do planejamento familiar incorporam influências externas do próprio meio familiar e normas comunitárias, leis e práticas governamentais, informações disponíveis e acesso a métodos e serviços de planejamento familiar, direito à assistência especializada e acesso aos recursos que permitem optar livre e conscientemente por ter ou não ter filhos, o número e o espaçamento entre cada gravidez.

Referências

[1] YANNOULAS, S. C. Dossiê: políticas públicas: relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

[2] SOBRINHO, F. Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil. Rio de Janeiro: CEDEPLAR/Rosa dos tempos, 1991.